

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.089 - RS (2019/0052224-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : PETERSON PEREIRA
ADVOGADO : ROBERTO CARLOS DOS SANTOS - RS068142
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. VIOLAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. MUNIÇÕES ISOLADAMENTE CONSIDERADAS. COMPROVAÇÃO DA LESIVIDADE. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. MUNIÇÕES APREENDIDAS EM VIA PÚBLICA. CRIME DE MERA CONDUTA. TIPICIDADE CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. ALTERAÇÃO DO QUANTO DISPOSTO NO ACÓRDÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DO ARCABOUÇO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. Recurso especial desprovido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **Peterson Pereira**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Crime n. 70077599389 (fls. 364/384).

POSSE DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO (ARTIGO 14 DA LEI Nº 10.826/03). IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. PRELIMINAR. INVASÃO DOMICILIAR AFASTADA. MÉRITO. PROVA DA EXISTÊNCIA DO FATO E DE SUA AUTORIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. APENAMENTO CONSERVADO.

A partir dos testemunhos dos policiais e das declarações do acusado, colhidas na fase pré-processual, constata-se que as munições foram encontradas em poder de Peterson a partir de revista pessoal realizada em via pública. Somente após os agentes públicos terem ingressado no imóvel, local em que supostamente apreenderam os demais objetos ilícitos. Contudo, sendo o réu absolvido pelos demais delitos descritos na denúncia, não há falar em ilegalidade no auto de prisão em flagrante quanto ao crime pelo qual fora condenado, já que, reitero, as munições foram localizadas em momento que precedeu a entrada dos policiais na casa.

A existência do fato delituoso pelo qual foi o réu condenado está consubstanciada no auto de apreensão, complementado pelo laudo pericial.

A autoria delitiva igualmente é indubitosa. Com efeito, o acusado, quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, confessou o cometimento do crime. Os policiais militares, por sua vez, desde a fase pré-processual, declararam que, em revista pessoal, localizaram com o acusado as munições descritas no auto de apreensão, as quais estavam em um dos bolsos de Peterson.

A validade dos depoimentos dos policiais, quando em harmonia com as demais provas dos autos e colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, constituem meio de prova idôneo, mormente quando não tenha restado demonstrada a imprestabilidade da prova. Precedente.

Demonstrada a existência do cometimento do crime e sua autoria, registro que o delito do artigo 14 da Lei nº 10.826/03 é de perigo abstrato e coletivo, que se consuma com o simples "portar" a arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, como no caso concreto, sem a devida autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo inexigível a demonstração de perigo concreto, notadamente porque o objeto jurídico principal e imediato protegido pelo Estatuto do Desarmamento é a segurança coletiva, resguardando-se, de forma mediata, bens individuais relevantes, tais como a vida, a incolumidade física e a saúde, não necessitando demonstração de que alguém foi efetivamente exposto a perigo de dano, bastando a ofensa presumida. Aqui, tutela-se justamente a manutenção da tranquilidade de um número indeterminado de pessoas, presumidamente turbada com a mera realização das condutas descritas no artigo 14 do Estatuto do Desarmamento. Jurisprudência e doutrina.

Em relação à alegada semi-imputabilidade do réu, constata-se que não há qualquer prova nos autos no sentido de que o ora recorrente tivesse, no momento do crime, reduzida capacidade de entender o caráter ilícito do fato. Ao longo da instrução a defesa limitou-se a juntar declaração no sentido de que o réu teria permanecido por um período de 09 meses em comunidade terapêutica devido ao uso de substância psicoativa, o que por si só não permite que se acolha a tese defensiva.

Ademais, inexistente qualquer requerimento da defesa para a realização de laudo pericial que pudesse comprovar a sua reduzida capacidade de entender o caráter ilícito do fato à época de sua ocorrência.

Quanto à reprimenda imposta, tem-se que estabelecida a sanção em patamar superior a 01 ano, inviável a substituição da pena privativa de liberdade por apenas uma restritiva de direito, nos termos do que dispõe o § 2º do artigo 44 do Código Penal.

No que tange à prestação pecuniária, competirá ao apelante, na fase da execução, demonstrar que não possui condições de satisfazê-la, diante de sua precária situação econômica, evitando, com isso, a conversão da pena restritiva em privativa de liberdade, uma vez que o artigo 44, § 4º, do CP, estipula dita conversão apenas para a hipótese de descumprimento injustificado da restrição imposta.

A imposição da pena de multa decorre de expressa previsão legal, sendo a eventual impossibilidade de sua satisfação matéria a ser solvida junto ao juízo da execução.

PRELIMINAR REJEITADA.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Na presente insurgência, alega o recorrente que o acórdão *a quo* violou o art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Assevera que a posse de ínfima quantidade de munição é tema controverso e que já sofreu interpretações conflitantes entre os Tribunais de origem e os Tribunais Superiores. Oscila a jurisprudência com o passar do tempo. [...] No entanto, os

Tribunais Superiores, recentemente, modificaram o entendimento atinente ao porte ou posse de pequena quantidade de munição, quando apreendida isoladamente, ausente qualquer artefato apto à produção de disparos. [...] Ainda que o delito de posse ilegal de munição seja considerado de perigo abstrato, não sendo necessária a ocorrência de resultado naturalístico para sua consumação, pois seu resultado é normativo, imprescindível um mínimo de ofensividade da conduta. [...] A tipicidade não se evidencia somente no plano formal, de simples subsunção do fato à norma, é necessário um juízo valorativo, de cunho material. Assim, a demonstração de relevante lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado é imprescindível. Logo, a posse de seis cartuchos desacompanhados de arma de fogo do mesmo calibre, como na espécie, não possui capacidade de, por si só, ofender o bem jurídico tutelado - incolumidade pública (fl. 396).

Pede o conhecimento e provimento do recurso, visando a absolvição, ante a atipicidade material.

Oferecidas as contrarrazões (fls. 405/409), o recurso foi admitido na origem (fls. 411/416).

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento e desprovimento da insurgência (fls. 431/437).

RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO. TIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO E DE MERA CONDUTA. QUANTIDADE DO ARTEFATO E DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVO CARÁTER OFENSIVO. IRRELEVÂNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AFASTAMENTO.

– Segundo o entendimento desta Augusta Corte Superior, os delitos de posse ou porte de armas e de munição de uso permitido ou restrito, tipificados na Lei nº 10.826/2003, configuram crimes de mera conduta e de perigo abstrato, em que se presume a potencialidade lesiva e o dano à segurança pública, prescindindo-se, para sua caracterização, de resultado naturalístico à incolumidade física de outrem.

– Consoante disposto na sentença condenatória, as munições foram apreendidas no bolso do flagrado, tendo o mesmo confessado informalmente que dispensou a arma de fogo durante a perseguição (e- STJ fl. 281), o que demonstra a maior gravidade concreta do delito.

– Parecer conhecimento e não provimento do Recurso Especial.

É o relatório.

Para elucidação do quanto postulado na presente demanda, extrai-se do combatido acórdão os seguintes fundamentos para a manutenção da tipicidade da conduta por ele perpetrada (fls. 377/381 – grifo nosso):

[...]

Com efeito, **a partir dos testemunhos dos policiais e das declarações do acusado, colhidas na fase pré -processual, as munições foram encontradas em poder de Peterson a partir de revista pessoal realizada em via pública.** Somente após os agentes públicos terem ingressado no imóvel, local em que supostamente apreenderam os demais objetos ilícitos. Contudo, sendo o réu absolvido pelos demais delitos descritos na denúncia, não há falar em ilegalidade no auto de prisão em flagrante quanto ao crime pelo qual fora condenado, já que, reitero, as munições foram localizadas em momento que precedeu a entrada dos policiais na casa.

[...]

Os policiais militares, por sua vez, desde a fase pré-processual, declararam que, em revista pessoal, localizaram com o acusado as munições descritas no auto de apreensão, as quais estavam em um dos bolsos de Peterson.

[...]

Demonstrada a existência do cometimento do crime e sua autoria, registro que o delito do artigo 14, da Lei nº 10.826/03, é de perigo abstrato e coletivo, que se consuma com o simples "portar" a arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, como no caso concreto, sem a devida autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo inexigível a demonstração de perigo concreto, notadamente porque o objeto jurídico principal e imediato protegido pelo Estatuto do Desarmamento é a segurança coletiva, resguardando-se, de forma mediata, bens individuais relevantes, tais como a vida, a incolumidade física e a saúde, não necessitando demonstração de que alguém foi efetivamente exposto a perigo de dano, bastando a ofensa presumida. Aqui, tutela-se justamente a manutenção da tranquilidade de um número indeterminado de pessoas, presumidamente turbada com a mera realização das condutas descritas no artigo 14 do Estatuto do Desarmamento.

A propósito, explica Damásio de Jesus (Crimes de Porte de Arma de Fogo e Assemelhados, Ed. Saraiva, 2º ed., 1999): *"Os delitos de porte de arma e figuras correlatas são crimes de lesão porque o infrator, com sua conduta, reduz o nível de segurança coletiva exigido pelo legislador, atingindo a objetividade jurídica concernente à incolumidade pública. E são crimes de mera conduta porque basta à sua 'existência a demonstração da realização do comportamento típico,' sem necessidade de prova de que o risco atingiu, de maneira séria e efetiva, determinada pessoa".*

Sendo assim, é irrelevante a quantidade de munições apreendidas e o fato dos projeteis estarem desacompanhados da respectiva arma de fogo.

[...]

Não se desconhece que em recente julgado a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de desconsiderar a potencialidade lesiva na hipótese em que pouca munição é apreendida desacompanhada de arma de fogo, *in*

verbis:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. ART. 12 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003). POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. **AUSÊNCIA DE OFENSIVIDADE DA CONDUTA AO BEM JURÍDICO TUTELADO**. ATIPICIDADE DOS FATOS. RECURSO PROVIDO.

I – Recorrente que guardava no interior de sua residência uma munição de uso permitido, calibre 22.

II – Conduta formalmente típica, nos termos do art. 12 da Lei 10.826/2003.

III – **Inexistência de potencialidade lesiva da munição apreendida, desacompanhada de arma de fogo. Atipicidade material dos fatos.**

IV – Recurso provido para determinar o trancamento da ação penal em relação ao delito descrito no art. 12 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

(RHC/MS, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 9/10/2017 – grifo nosso).

Contudo, a particularidade descrita no combatido aresto, atinente à apreensão da munição em via pública, demonstra uma maior reprovabilidade da conduta do recorrente, o que, impossibilita, no caso, o reconhecimento da atipicidade material de sua conduta.

Com efeito, segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal, o simples fato de possuir arma de fogo, mesmo que desacompanhada de munição, acessório ou **munição, isoladamente considerada**, já é suficiente para caracterizar o delito previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, por se tratar de crime de perigo abstrato.

Nesse contexto, **é irrelevante aferir a eficácia da arma de fogo/acessório/munição para a configuração do tipo penal**, que é misto-alternativo, em que se consubstanciam, justamente, as condutas que o legislador entendeu por bem prevenir, **seja ela o simples porte de munição**, seja o porte de arma desmuniada.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. ALEGAÇÕES FINAIS. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE CONDENAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. IRRELEVÂNCIA. INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA. TIPICIDADE DA CONDUTA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. **Uma vez que foi encontrada, no interior da residência do recorrente, uma munição calibre 38, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, mostra-se típica, material e formalmente, a conduta a ele imputada (art. 12 da Lei n. 10.826/2003).**

5. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.521.239/MG, Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 16/3/2017 – grifo nosso)

CONSTITUCIONAL E PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO. ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. **ARMA DESMUNICIADA E DESMONTADA. TIPICIDADE DA CONDUTA. WRIT NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O *habeas corpus* não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita. Precedente.

3. **A conclusão do Colegiado a quo se coaduna com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, pacificada nos autos do AgRg nos EAREsp n. 260.556/SC, no sentido de que o crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 é de perigo abstrato, sendo irrelevante o fato de a arma estar desmuniada ou, até mesmo, desmontada, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, e sim a segurança pública e a paz social, colocados em risco com o porte de arma de fogo sem autorização ou em desacordo com determinação legal, revelando-se despicienda a comprovação do potencial ofensivo do artefato através de laudo pericial.** Precedentes.

4. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 333.284/RS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 17/3/2016 – grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, Resp n. 1.618.736/RJ, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 22/8/2016.

Do Supremo Tribunal Federal colhem-se os seguintes precedentes: HC n. 101.994, Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 25/8/2011; e HC n. 91.853, Ministro Eros Grau, Segunda Turma, DJe 29/10/2009.

Ainda que assim não o fosse, para entender de modo divergente ao quanto delineado pela Corte gaúcha, no sentido da absolvição do recorrente, seria necessária a incursão na seara fático-probatória, medida esta vedada na via eleita, diante do óbice contido na Súmula 7.

Corroborando:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO EVIDENCIADO. ART. 156 DO CPP. **PLEITO ABSOLUTÓRIO. NECESSIDADE REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.**

CULPABILIDADE. ANTECEDENTES. MOTIVAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Uma vez que a condenação do réu se fundamentou em fatos e provas concretas carreadas aos autos - que evidenciaram, de maneira inequívoca, que ele conhecia a procedência ilícita das munições apreendidas -, não há como acolher a tese de que houve indevida inversão do ônus da prova.

2. Para entender-se pela absolvição do ora agravante, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, por força do enunciado na Súmula n. 7 do STJ.

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 1.009.975/PR, Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 15/6/2018 – grifo nosso).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator